

83

CÂMARA MUNICIPAL
VITÓRIA DA CONQUISTA
PROPOSIÇÃO APROVADA
EM REDAÇÃO FINAL 13/09/2019


Lusiano Gomes
PRESIDENTE

**PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 88/2019 DE
AUTORIA DO VEREADOR EDIVALDO
FERREIRA JÚNIOR, QUE DISPÕE SOBRE A
DENOMINAÇÃO DA ATUAL RUA E DO
LOTEAMENTO PANORAMA, ONDE
PASSARÁ A SER DENOMINADA DE RUA
BOA VISTA.**

I - RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº. 88/2019, autoria do vereador Edivaldo Ferreira Júnior, que dispõe sobre a denominação da atual Rua E do Loteamento Panorama, onde passará a ser denominada de Rua Boa Vista...

Na justificativa que encaminha o Projeto, o legislador argumenta que ocorre uma divergência de nomes da referida rua entre os órgãos públicos e os serviços de localização. Para a EMBASA a Rua E é conhecida como Rua Boa Vista, para a COELBA a mesma Rua E é denominada como Rua da Consolação, entretanto, esse é o nome de uma outra rua do mesmo bairro, já para os serviços de localização a Rua E é encontrada com o nome de Rua Bela Vista.

Devido a essa divergência diversos transtornos vem ocorrendo para a população local, devendo assim esse imbróglio ser corrigido.

II - EXAME DE ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, observa-se que o projeto está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por seu autor, tudo na conformidade do disposto no art. 149 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – BA e Lei Complementar nº. 95/98.

Nota-se ainda que o autor articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto no art. 149 da mesma norma regimental.

Ademais, percebe-se que a distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, restam-se cumpridos os requisitos de admissibilidade.

III – VOTO:

Do ponto de vista da legalidade, o Projeto de Lei não afronta qualquer outro dispositivo legal, quer seja Constitucional ou Infra Constitucional.

Dentre as disposições enumeradas no art. 30, inciso I, da Constituição Federal destaca-se como competência do Município a de legislar sobre assuntos de interesse local.

Ademais, o art. 7º, XVII da Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista prevê como Competência da Câmara Municipal, legislar sobre alteração de denominação de nomes próprios de vias e logradouros públicos.

"Art. 7º.

**XVII — denominar e alterar nome de vias,
logradouros e prédios públicos."**


Em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei não merece qualquer reparo.

IV – PARECER:

Diante dos próprios fundamentos expostos, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 88/2019, por estar em consonância com a República Federativa do Brasil.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 02 de setembro de 2019.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final



Luís Carlos Dudé
Presidente

Edivaldo Ferreira Junior
Relator



Valdemir Dias
Membro

29/10/2016

19/10/2016

CAMARA

De acordo com o art. 1º da Lei nº 10.257/2001, a Lei de Zonamento Urbano é a que estabelece as regras para o uso e ocupação do solo em uma determinada área urbana, visando a organização do espaço urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

III - OBJETIVO

O objetivo da Lei de Zonamento Urbano é estabelecer as regras para o uso e ocupação do solo em uma determinada área urbana, visando a organização do espaço urbano e a melhoria da qualidade de vida da população. A Lei de Zonamento Urbano é a que estabelece as regras para o uso e ocupação do solo em uma determinada área urbana, visando a organização do espaço urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

A Lei de Zonamento Urbano é a que estabelece as regras para o uso e ocupação do solo em uma determinada área urbana, visando a organização do espaço urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

Em relação à técnica legislativa, a Lei de Zonamento Urbano é a que estabelece as regras para o uso e ocupação do solo em uma determinada área urbana, visando a organização do espaço urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

IV - FUNDAMENTO

De acordo com o art. 1º da Lei nº 10.257/2001, a Lei de Zonamento Urbano é a que estabelece as regras para o uso e ocupação do solo em uma determinada área urbana, visando a organização do espaço urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 10.257/2001, a Lei de Zonamento Urbano é a que estabelece as regras para o uso e ocupação do solo em uma determinada área urbana, visando a organização do espaço urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 10.257/2001, a Lei de Zonamento Urbano é a que estabelece as regras para o uso e ocupação do solo em uma determinada área urbana, visando a organização do espaço urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 10.257/2001, a Lei de Zonamento Urbano é a que estabelece as regras para o uso e ocupação do solo em uma determinada área urbana, visando a organização do espaço urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.